



PROTESTANTISMO BRASILEIRO DE RITO LUTERANO:

CLASSIFICAÇÃO, PERIODIZAÇÃO E DESOBSTRUÇÃO ÉTNICA¹

BRAZILIAN LUTHERANISM: CLASSIFICATION, PERIODIZATION AND ETHNIC DEOBSTRUCTION

ALESSANDRO BARTZ²

Resumo:

O presente artigo analisa a trajetória histórica e sociológica do protestantismo brasileiro de rito luterano, desde a chegada dos imigrantes alemães ao Brasil, em 1824, até os processos de desobstrução étnica observados nas últimas décadas do século XX. Com base em tipologias consagradas da sociologia da religião, especialmente as formuladas por José Miguez Bonino, Cândido Procópio Ferreira de Camargo e Lauri Emilio Wirth, o artigo discute a classificação do luteranismo no interior do chamado “protestantismo étnico” ou “de imigração”, distinguindo-o do protestantismo de missão e do pentecostalismo. A análise é organizada em torno de uma periodização tripartite: (1) o período congregacional ou de autogestão das comunidades; (2) a institucionalização do protestantismo étnico, fortemente marcada pelo vínculo entre germanidade (Deutschtum) e confissão evangélica; e (3) a transição rumo a uma Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) de caráter nacional e missionário. Argumenta-se que fatores exógenos, como o expansionismo alemão tardio e duas guerras mundiais, e endógenos, como o êxodo rural, urbanização, declínio do crescimento natural, casamentos mistos e perda da língua alemã, produziram uma progressiva desobstrução étnica, reorientando a identidade institucional da IECLB. Sustenta-se, ademais, que tal transformação não foi linear nem isenta de tensões, mas resultou de uma articulação entre forças sociais de base e guinadas políticas e teológicas das lideranças eclesiais. O artigo contribui para os debates sobre religião e etnicidade, identidade religiosa e pluralismo no campo religioso brasileiro.

Palavras-chave: Protestantismo de imigração. Luteranismo. Etnicidade. IECLB. campo religioso brasileiro. desobstrução étnica.

Abstract:

This article analyzes the historical and sociological trajectory of Brazilian Lutheranism, from the arrival of German immigrants in Brazil in 1824 to the processes of ethnic deobstruction observed in the last decades of the twentieth century. Drawing on established typologies in the sociology of religion — particularly those formulated by José Miguez Bonino, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, and Lauri Emilio Wirth — the article discusses the classification of Lutheranism within the so-called “ethnic” or “immigration Protestantism”, distinguishing it from missionary Protestantism and Pentecostalism. The analysis is organized around a tripartite periodization: (1) the

¹ Enviado em: 15.04.2026. Aceito em: 19.05.2026.

² Doutor em Teologia. Faculdade Três de Maio (SETREM). Contato: alessandro_bartz@yahoo.com.br

congregational or self-managed period of communities; (2) the institutionalization of ethnic Protestantism, strongly shaped by the bond between Germanness (Deutschtum) and evangelical confession; and (3) the transition toward a national and missionary Evangelical Church of Lutheran Confession in Brazil (IECLB). It is argued that exogenous factors — late German expansionism, two world wars — and endogenous factors — rural exodus, urbanization, the decline of natural growth, mixed marriages, and the loss of the German language — produced a progressive ethnic deobstruction, reorienting the IECLB's institutional identity. The article further contends that this transformation was neither linear nor tension-free, but resulted from an articulation between grassroots social forces and political and theological shifts among ecclesiastical leadership. The article contributes to debates on religion and ethnicity, religious identity, and pluralism in the Brazilian religious field.

Keywords: Immigration Protestantism. Lutheranism. Ethnicity. IECLB. Brazilian religious field. Ethnic deobstruction.

Introdução

De um modo geral, a religião é sempre o centro de resistência mais importante nas mudanças culturais. Muda-se mais facilmente de língua, de maneiras de viver, de concepções amorosas. A religião forma o último baluarte, e em torno dela cristalizam-se todos os valores que não querem morrer. O sagrado constitui, nas batalhas das civilizações, a última trincheira que recusa entregar-se. E o fato é verdadeiro para alemães [...].³

A presença do protestantismo de rito luterano no Brasil representa um dos fenômenos mais singulares do campo religioso nacional. Transplantado com as levas migratórias alemãs a partir de 1824, o luteranismo desenvolveu-se, durante mais de um século, como expressão confessional de uma identidade étnica, tecendo laços indissociáveis entre religião e germanidade (Deutschtum). Compreender essa trajetória exige tanto o manuseio de tipologias sociológicas rigorosas quanto uma sensibilidade para as tensões históricas que a constituíram.

O objetivo deste artigo é oferecer uma análise sistemática do protestantismo brasileiro de rito luterano, classificando-o dentro do campo mais amplo do protestantismo latino-americano e propondo uma periodização que articule fatores estruturais e conjunturais na explicação de suas transformações. Argumenta-se, com base em Wirth, que a preservação da identidade étnica não foi uma decorrência natural da experiência religiosa dos imigrantes, mas foi, em grande medida, imposta por interesses políticos e econômicos ligados ao expansionismo alemão tardio. Ao mesmo tempo, o processo de desobstrução étnica, isto é, a progressiva abertura do protestantismo de rito luterano, para além das fronteiras étnicas, resultou de uma combinação entre forças sociais de base (êxodo rural, urbanização, miscigenação) e reorientações políticas e teológicas das lideranças eclesiais.

O artigo organiza-se da seguinte forma. Na primeira parte, apresentam-se as principais tipologias do protestantismo latino-americano, com ênfase na distinção entre protestantismo de missão e protestantismo étnico. Na segunda parte, discute-se a

³ BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. 9. ed. São Paulo: DIFEL, 1979. p. 193.

especificidade do “rosto étnico” do protestantismo de rito luterano e os fundamentos teológicos da relação entre Igreja e etnia. Na terceira parte, analisa-se a periodização proposta por Wirth, percorrendo os três momentos do luteranismo brasileiro: autogestão congregacional, institucionalização étnica e abertura missionária. Na quarta parte examinam-se os processos de desobstrução étnica: aculturação, migração interna e despertar missionário. Já na última parte, insere-se o luteranismo de rito luterano brasileiro no contexto do campo religioso contemporâneo. As considerações finais sintetizam os argumentos e apontam implicações para a sociologia da religião no Brasil.

Rostos do protestantismo latino-americano: uma tipologia

O protestantismo nasceu diversificado no século XVI. A Reforma Protestante configurou-se luterana, calvinista e anabatista desde suas origens, e essa diversidade reproduziu-se nas Américas a partir do século XIX. Para Dreher⁴, a presença efetiva do protestantismo na América Latina é predominantemente um fenômeno oitocentista; incursões anteriores, ligadas a projetos militares ou comerciais no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, não lograram êxito por ausência de condições locais de expansão.

A multiplicidade de protestantismos presentes na América Latina levou os estudiosos a elaborar diversas tipologias. Entre as mais influentes está a de Jean-Pierre Bastian⁵, que identifica quatro fases no desenvolvimento do protestantismo latino-americano: a fase da tolerância (1810–1850), marcada por acordos comerciais com nações protestantes; a fase da radicalização (1850–1890), caracterizada pela aliança entre liberalismo e anticatolicismo; a fase da consolidação (1890–1940), com influência protestante na educação; e a fase da domesticação (1940–1989), com a corporativização do protestantismo. Embora útil para traçar tendências macrorregionais, essa periodização tende a minimizar as especificidades dos protestantismos de imigração.

A tipologia de Cândido Procópio Ferreira de Camargo⁶ propõe dois polos: o protestantismo de imigração e o protestantismo de conversão. Antônio Gouvêa Mendonça⁷ vai além ao sistematizar os ramos protestantes no Brasil em famílias: anglicana, luterana, reformada, paralela à Reforma (batistas e menonitas) e pentecostal. Já Martín Dreher,⁸ identifica cinco tipos no contexto brasileiro: o protestantismo anglicano beneficiário do Tratado de Comércio e Navegação de 1810; o protestantismo de imigração (imigrantes luteranos desde 1824); o protestantismo de missão (a partir de 1835/1859), representado por batistas, presbiterianos, metodistas e congregacionais; o pentecostalismo (desde 1910); e o neopentecostalismo (desde a década de 1970).

⁴ DREHER, Martin N. *A Igreja latino-americana no contexto mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 1999. p. 219-221.

⁵ BASTIAN, Jean-Pierre. O protestantismo na América Latina. In: DUSSEL, Enrique (Org.). *Historia liberationis: 500 anos de história da igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 467-513.

⁶ CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *Católicos, protestantes, espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973, p. 105.

⁷ MENDONÇA, G. Antonio. Evolução histórica e configuração atual do protestantismo no Brasil. In: MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo, Loyola, p. 11-59, 1990. p. 17-18.

⁸ DREHER, Martin N. *A Igreja latino-americana no contexto mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 1999. p. 219-221.

Para os fins deste artigo, a tipologia mais pertinente é a de José Miguez Bonino⁹, que classifica o protestantismo latino-americano em quatro rostos: o liberal, o evangélico, o pentecostal e o étnico. O protestantismo étnico engloba as igrejas de imigração e, em certa medida, as de missão, distinguindo-se pela centralidade da homogeneidade étnica na constituição da identidade comunitária. É nesse rosto que o luteranismo brasileiro se insere de forma mais precisa.

A distinção entre protestantismo de missão e protestantismo étnico é fundamental para compreender o luteranismo brasileiro.¹⁰ O protestantismo de missão instalou-se no Brasil com o objetivo de converter a população majoritariamente católica ao protestantismo e de formar as elites por meio da educação. Seu traço distintivo era o conversionismo: a transformação do indivíduo era vista como condição para a transformação da sociedade, segundo o modelo liberal norte-americano. Como observa Mendonça¹¹, o protestantismo de missão ainda na década de 1980 apresentava um “individualismo conversionista” que produzia uma ética excludente, capaz de romper laços familiares¹².

O protestantismo étnico, por sua vez, não visava à conversão de estranhos, mas à preservação da identidade religiosa e cultural de um grupo específico. Seu público era constituído pelos próprios imigrantes e seus descendentes. Essa distinção funcional é crucial: enquanto o protestantismo de missão buscava crescer por conversão, o protestantismo étnico crescia de forma vegetativa, acompanhando o desenvolvimento demográfico do grupo.

O “rosto étnico” do protestantismo luterano: entre etnia e confissão

⁹ MIGUEZ BONINO, José. *Rostos do protestantismo latino-americano*. São Leopoldo: Sinodal, 2002, p. 90.

¹⁰ Émile Léonard, em sua síntese sobre o protestantismo brasileiro, publicada em 1963, deixa de fora as igrejas de colônias estrangeiras, pois, em sua visão, não apresentavam “nada de especificamente brasileiro”. É curioso, diz Miguez Bonino, que um pesquisador, da estirpe de Léonard, “não encontre nada de especificamente brasileiro na implantação e no desenvolvimento das numerosas comunidades protestantes [...] que foram chegando desde muito cedo ao Brasil”. LÉONARD, Émile G. *O protestantismo brasileiro*. São Paulo: ASTE, 2002 [1963]. p. 21.

¹¹ MENDONÇA, 1990, p. 33.

¹² José Miguez Bonino diz ser inegável o distanciamento e a falta de comunicação entre igrejas de “missão” e igrejas “étnicas”, situação mantida até pelo menos o final da primeira metade do século XX. Ambas as igrejas adotavam atitudes de desconfiança e deslegitimação mútuas. As igrejas de imigração não participaram do Congresso do Panamá (1916) e no Congresso de Montevideu (1925), enviaram somente três representantes. Já em Havana (1929) novamente não houve nenhuma representação no Congresso Evangélico. Em 1949, em Buenos Aires, a Conferência Evangélica Latino-Americana registrou a presença de quatro igrejas étnicas: Valdense, Protestante de Fala Francesa, Menonitas do Paraguai e Sínodo Evangélico Alemão do Rio da Prata (este como observador). As atitudes de desconhecimento e rejeição estavam marcadas por estereótipos mútuos. As igrejas de missão consideravam as igrejas étnicas como catolizantes, formalistas, igrejas de estado e mundanas. São identificadas com o protestantismo e o anglicanismo europeus, que, em conjunto (Conferência Missionária de Edimburgo de 1910), determinaram a decisão de excluir a América Latina da missão cristã, por ser considerado “um continente cristão”. A liturgia, o uso da língua de origem e a renúncia ao “proselitismo” agiam como escândalo aos olhos do protestantismo de missão. Ainda, o consumo de álcool e tabaco, a dança e outros costumes, das igrejas étnicas, colidiam com a ética puritana pregada pelas igrejas de missão. Do outro lado, as igrejas de imigração olhavam com desconfiança para as igrejas de missão, ao identificarem-nas com as “igrejas livres” que, nos países de origem, faziam proselitismo em detrimento da “igreja do povo” (Volkskirche). Para estas, a piedade desordenada, fanática ou entusiasta, assim como a pregação superficial, carecia de solidez confessional e doutrinária. MIGUEZ BONINO, 2002, p. 79.

A denominação das igrejas de imigração tem sido objeto de controvérsia na literatura especializada. Monti e Bastian¹³ preferem “igrejas de residentes”; Damboriena, Deiros e Prien¹⁴ adotam “igrejas de imigração”; e Villalpando¹⁵ fala em “igrejas de transplante”. Cada designação ilumina uma dimensão distinta, a origem, o modo de entrada, ou a natureza do fenômeno, mas todas são, segundo Miguez Bonino¹⁶, “insuficientes e podem tornar-se equívocas”, pois enfatizam apenas a procedência exógena.

Miguez Bonino propõe a designação de “igrejas étnicas”, por entender que ela revela não apenas a origem, mas a “própria natureza de uma Igreja”, uma “característica constitutiva”. Essa proposta, contudo, introduz a complexidade da categoria de etnicidade, objeto de debate ininterrupto nas ciências sociais. Apoiando-se em Narroll, o autor identifica quatro indicadores empíricos de uma etnia: perpetuação biológica, compartilhamento de valores culturais, integração em campo de comunicação e interação, e autoidentificação como categoria distinta¹⁷.

Se a antropologia do século XIX privilegiava os elementos objetivos (perpetuação biológica e valores culturais), as ciências sociais do século XX passaram a valorizar os elementos subjetivos (adscrição própria e adscrição pelos outros) e a reconhecer a mobilidade das identidades étnicas no tempo e no espaço. Isso implica que a “homogeneidade étnica” do luteranismo, frequentemente apresentada como dado natural, precisa ser analisada como construção histórica e, em grande parte, como projeto ideológico.¹⁸

A articulação entre germanidade e confissão luterana não foi apenas um fato social; foi também o produto de uma elaboração teológica deliberada. Suas raízes remontam ao pensamento de Friedrich Schleiermacher e à chamada teologia de Erlangen, que enraizaram a ideia do organismo nacional no pietismo e no romantismo de Herder. O conceito de *Volkskirche* (Igreja do povo) ganhou dimensão eclesiológica com Wichern, que interpretou o povo como criação divina, e foi radicalizado no final do século

¹³ MONTI, Daniel P. *Presencia del protestantismo en el Rio de la Plata durante el siglo XIX*. Buenos Aires: Editorial La Aurora, 1969; BASTIAN, 1990.

¹⁴ DAMBORIENA, Prudencio. *El protestantismo en América Latina*. Friburgo: Oficina Internacional de Investigaciones Sociales de FERES, 1962-1963. DEIROS, Pablo Alberto. *Historia del Cristianismo en América Latina*. Buenos Aires: Fraternidad Teológica Latinoamericana, 1992, PRIEN, Hans-Juergen. *La Historia del Cristianismo en América Latina*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1985.

¹⁵ VILLALPANDO, Waldo Luis. *Las Iglesias del trasplante: Protestantismo de inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Centro de Estudios Cristianos (C.E.C.), 1970.

¹⁶ BONINO, 2002, p. 76-77. MIGUEZ BONINO, 2002, p. 76. VILLALPANDO, 1970. Estas designações parecem querer afirmar que o que caracteriza essas igrejas é sua origem “exógena”. O fato de “vir de fora” caracteriza todas as igrejas na América Latina, inclusive a Igreja Católica Romana. Isso significa que “entram a partir do contexto de uma cultura, de uma língua, de configurações institucionais, de usos e costumes plasmados em outra parte e em outro tempo”. O termo “transplante” nasceu de um trabalho em que Miguez Bonino cita a conclusão de uma pesquisa de Robert Ricard sobre a implantação da Igreja Católica no México, já que não se implantou “uma Igreja mexicana, e sim uma Igreja espanhola transplantada para o México”. Tal fenômeno ocorreria, de acordo, com Villalpando, com as igrejas de imigração na Argentina. É o próprio Miguez Bonino quem diz que a analogia deixa a desejar, pois a “Igreja Católica é trasladada para a América e imposta a uma população autóctone: as igrejas de imigração são trasladadas com a população original na qual nasceram”.

¹⁷ BONINO, 2002, p. 78.

¹⁸ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

XIX com a imagem de Lutero como “eterno alemão”, expressão da natureza germânica do cristianismo evangélico¹⁹.

No contexto brasileiro, o ideólogo mais influente dessa concepção foi o pastor Hermann Dohms (1887–1956), articulador da Federação Sinodal. Para Dohms, a Igreja deveria encarnar sua mensagem no grupo étnico ao qual se dirigia. A etnia, embora não fosse uma ordem criacional definitiva, constituía a mediação histórica pela qual Deus se tornava compreensível: “Dohms só consegue conceber Igreja como Igreja que se encarna, que veste a roupa de um povo”²⁰. Em sua visão, o Sínodo Riograndense²¹, ao abandonar as bases étnicas, perderia a capacidade de uma compreensão plena do Evangelho, pois essa compreensão plena seria impossível para o indivíduo isolado e só se tornaria real na família e no povo.

Não obstante, as concepções de Dohms sofreram revisão significativa ao longo do tempo. A influência de seu colaborador Ernesto Theophilo Schlieper (1909–1969), formado pela Igreja Confessante alemã, crítica à teologia *völkisch*, contribuiu para uma autocrítica interna. Em 1937, Schlieper já questionava a teologia baseada unicamente no primeiro artigo do Credo, sem articulação cristológica. Com o avanço do processo de nacionalização, Dohms passou a defender uma “Igreja Evangélica Brasileira” voltada às “populações evangélicas brasileiras”, abrindo caminho para uma eclesiologia menos étnica e mais universalista.²²

A dinâmica ideológica que vinculou germanidade e luteranismo no Brasil tem, portanto, uma dupla natureza: é resultado de condições locais (isolamento dos colonos, ausência de assistência estatal, diferença religiosa em relação ao catolicismo dominante), mas também de ingerências exógenas ligadas ao projeto expansionista alemão do pós-unificação (1871). Wirth²³ defende que “a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração não se explica pela experiência religiosa nem pela vida cotidiana do imigrante”, mas por essas pressões externas, argumento que relativiza as interpretações funcionalistas que viam na etnicidade luterana um produto natural e espontâneo.

¹⁹ PRIEN, Hans-Juergen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: Sinodal, Petrópolis: Vozes, 2001. p. 80ss.

²⁰ DREHER, 1999, apud WIRTH, 2005. Ver ainda DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. 2. ed. rev. e amp. São Leopoldo: EST; Sinodal, 2003.

²¹ O Sínodo Riograndense foi fundado em 20 de maio de 1886, em São Leopoldo/RS. O 15º Concílio do Sínodo Riograndense, reunido em Paraíso do Sul/RS em 1901, decidiu alterar seu nome para Igreja Evangélica Alemã do Rio Grande do Sul (Sínodo Riograndense).

²² Dohms, agora, ao não mais utilizar o conceito étnico de povo, cede espaço para o desenvolvimento de uma Igreja voltada para o Brasil e para o mundo (Ecúmena). É por isso que Dreher diz que a Igreja Evangélica Luterana no Brasil só pode ser compreendida a partir do empenho teológico de Dohms. Sua pátria e seu campo de ação. Constituiu-se aqui como entidade jurídica e administrativa, com os próprios meios materiais, em plena autonomia em concordância com a legislação brasileira. Tem sua vida aqui, no povo e Estado brasileiros, em cujo destino se acha entrelaçado com os seus membros. Procura com todo o seu serviço o bem desta terra e de seu povo. Que a Federação como Igreja resolutamente queira edificar assim e levar assim a co-responsabilidade para que na pátria brasileira seja procurada a honra de Deus, anunciada sua palavra, que sejam ensinados e cumpridos os seus mandamentos, é nisso que reside um dos motivos pelos quais nossas comunidades tão entusiasticamente a acolheram. DREHER, 1986, p. 47.

²³ WIRTH, 1998, p. 160.

Periodização do protestantismo de rito luterano no Brasil

Lauri Emilio Wirth²⁴ propõe uma periodização tripartite para o protestantismo de rito luterano no Brasil, cujas três fases, (1) autonomia das comunidades, (2) institucionalização étnica e (3) abertura missionária, correspondem a configurações distintas da relação entre religião, etnia e sociedade. Essa periodização é adotada aqui como eixo analítico central.

Primeiro período: autonomia das comunidades (1824–1886)

O período inaugural do luteranismo brasileiro é marcado pela autogestão das comunidades. Os imigrantes alemães de confissão luterana chegaram ao Brasil sem pastores ordenados e sem vínculos institucionais com as igrejas da Alemanha. As primeiras comunidades, a de Nova Friburgo (Rio de Janeiro, 1823) e a de São Leopoldo (Rio Grande do Sul, 1824), organizaram-se de forma autônoma, segundo um princípio associativista que Wirth denomina “congregacional”. Nesse modelo, a comunidade elegia suas próprias lideranças, chamadas “pastores-colonos”²⁵, e produzia suas demandas religiosas a partir do cotidiano local.

A infraestrutura religiosa desse período era simples: Bíblia, livros de cânticos e catecismo constituíam, segundo Dreher²⁶, os três pilares da religiosidade dos colonos. As construções comunitárias articulavam templo, escola e sociedade de cantores, espaços de socialização que transcendiam o religioso em sentido estrito. Esse protestantismo, gestado longe das instâncias normativas europeias, estabeleceu relações com a cultura popular brasileira, incorporando elementos como o messianismo e a benzedura ao seu universo simbólico. Para Wirth²⁷, há nesse período o esboço de uma “cultura popular influenciada pelo protestantismo, mas adaptada e ressignificada a partir do cotidiano”.

Do ponto de vista civil e jurídico, os colonos luteranos ocupavam posição precária. A Constituição de 1824 garantia tolerância religiosa, mas impunha severas restrições: os cultos deveriam realizar-se em espaços domésticos, sem torres sineiras, e os matrimônios evangélicos não tinham validade civil, pois os filhos nascidos de casamentos luteranos eram juridicamente ilegítimos²⁸. Apenas com a Constituição de 1891, que separou Igreja e Estado e garantiu a liberdade de culto, as pessoas luteranas puderam exercer plenamente seus direitos civis.

Lauri Wirth não nega a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração como um aspecto que o configura. No entanto, discordando da tese que sustenta a centralidade do fator étnico no protestantismo de imigração, ele relativiza a esta função como decorrência natural da conjuntura dentro da qual o protestantismo de imigração se desenvolveu. Wirth levanta a hipótese, restrita ao caso da imigração alemã no sul do Brasil, pelo perfil institucional desenvolvido, de que o discurso religioso e as

²⁴ WIRTH, 2005.

²⁵ Também foram chamados pela literatura especializada de pseudo-pastores, “pastores fabricados”, “pastores cachaceiros”. A atuação dos “pastores emergentes” (Prien) deu-se com mais intensidade no Sínodo Riograndense. Com a crescente institucionalização e regionalização das comunidades foram perdendo espaço, mas não sem lutar pelo lugar que ocuparam durante décadas. Muitas vezes, criaram dificuldades para a sinodalização das comunidades. Para maior aprofundamento ver: PRIEN, 2001, p. 71ss.

²⁶ DREHER, 1999, p. 202.

²⁷ WIRTH, 2005.

²⁸ PRIEN, 2001.

estratégias de inserção foram influenciados por interesses de grupos identificados com o expansionismo alemão após a unificação, não ocorrendo, portanto, já nas primeiras etapas da colonização.²⁹

O fato de a unificação dos estados alemães só ocorrer em 1871 levanta a pergunta pela identidade nacional do imigrante alemão. Ao portar culturas regionais diferentes e até mesmo línguas distintas, faladas em dialetos, não havia garantia de coesão étnica, antes eram mais um elemento de diferenciação social entre os próprios imigrantes. Nesse sentido, Wirth propõe que “a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração não se explica pela experiência religiosa nem pela vida cotidiana do imigrante. A explicação da preservação da identidade étnica precisa ser buscada em ingerências exógenas”,³⁰ o que Camargo não enxergou, acrescentamos, em sua teoria da função social do luteranismo étnico. A referência às ingerências externas se deve aos interesses políticos e econômicos, vinculados às disputas por mercado na segunda metade do século XIX, até os anos de 1940, quando iniciou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945):

É a partir desse pano de fundo histórico que o papel da religião na preservação da etnia ganhou relevância fundamental no caso do protestantismo de imigração. Mais do que decorrente de fatores conjunturais locais, a preservação da etnia foi imposta como canal de influência cultural e política aos imigrantes e seus descendentes. *Não está na raiz da experiência religiosa do imigrante.*³¹

Esse período de autonomia foi posteriormente interpretado pelos agentes institucionalizadores como de “degeneração religiosa”, em razão da ausência de formação teológica formal dos pastores-colonos e de sua proximidade com a cultura local. Essa leitura negativa é em si mesma reveladora: ela expressa a perspectiva dos grupos socialmente ascendentes e das sociedades missionárias alemãs, que tinham interesse em normalizar e controlar a vida religiosa das colônias segundo padrões europeus.

Segundo período: institucionalização do protestantismo étnico (1886–1949)

O segundo período é definido pela chegada de pastores enviados por sociedades missionárias alemãs e pela progressiva institucionalização das comunidades em estruturas sinodais. Em 1886, após duas tentativas fracassadas (1863 e 1868), foi criado o Sínodo Riograndense. Seguiram-se o Sínodo Evangélico Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados (1905), a Associação de Comunidades Evangélicas de Santa Catarina e Paraná (1911) e o Sínodo Evangélico do Brasil Central (1912). A lei eclesiástica alemã de 1907 conferiu ao Conselho Superior Eclesiástico de Berlim poderes sobre as comunidades brasileiras, vinculando-as institucionalmente à Alemanha.

A coincidência entre o aumento do fluxo migratório e a mercantilização da emigração, com setores comerciais e de navegação percebendo na emigração um campo de investimentos, produziu uma ampla articulação de apoio a igrejas, escolas e associações culturais nos centros de imigração alemã. Essa articulação não era apenas religiosa: envolvia agências de fomento à cultura alemã no exterior, setores da indústria e do comércio e órgãos governamentais. Após a unificação dos estados alemães em 1871,

²⁹ WIRTH, 1998, p. 156.

³⁰ WIRTH, 1998, p. 159.

³¹ WIRTH, 1998, p. 159. Grifo meu.

“a preservação do caráter germânico das comunidades passou a ser o principal elemento definidor de identidade desse protestantismo”, funcionando como canal de influência cultural e política a serviço do expansionismo tardio da Alemanha.³²

Sob esse modelo, o luteranismo desempenhou, nas colônias, a função de “sustentáculo da segregação das minorias étnicas”, na expressão de Camargo³³. A manutenção da língua alemã nos cultos, nos cânticos, nas escrituras e na literatura teológica cumpria a função de preservar o patrimônio étnico-cultural de origem. As escolas comunitárias, associadas à Igreja, reforçavam a separação. O padrão de casamentos endogâmicos e a ausência de igrejas luteranas nos centros urbanos, onde a dispersão étnica era maior, completavam o quadro de isolamento.

Camargo³⁴ interpreta essa função de preservação com base na teoria sociológica de Mehl: o estreito vínculo histórico entre luteranismo e Estado na Alemanha teria contribuído para tornar o luteranismo um marcador de identidade étnica no Brasil, diferentemente dos imigrantes alemães católicos, que encontraram possibilidade de integração pela via da Igreja Católica local. Willems³⁵ observa uma correlação entre valores religiosos e sentimento de germanismo tão intensa que teria tornado praticamente impossível dissociar religião e cultura alemã.

Bastide³⁶ distingue dois modelos dentro do próprio luteranismo: o de origem alemã, que teria se constituído como núcleo fechado cultural e linguisticamente, e o vinculado ao Sínodo de Missouri (de origem norte-americana), que manifestava separação entre paróquia e comunidade local, entre religião e vida social. Essa distinção interna ao campo luterano revela que a etnicização não foi um processo homogêneo, mas variado e sujeito a disputas internas.

Wirth³⁷ introduz, no entanto, uma importante matização: ao investigar os espaços concretos de articulação da vida, percebe-se uma flexibilidade e dinamicidade tanto da religião quanto da etnia, de acordo com as demandas locais. A autonomia das comunidades em escolher lideranças, as “igrejas livres”, a superação da rivalidade com o catolicismo na construção de cemitérios e em iniciativas educativas apontam para a existência de uma pluralidade de orientações dentro do campo étnico. A identidade étnica “era um fator conjuntural, entre outros, no cotidiano dos imigrantes, um elemento que tendia a se diluir na medida em que o imigrante e seus descendentes se integravam à sociedade envolvente”³⁸.

O período institucional foi também marcado por tensões internas em torno da germanidade como projeto político. A virada chegou com a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), que tornou insustentável a associação pública entre luteranismo e germanismo. Nesse contexto, a proibição do uso público da língua alemã, imposta pelo Estado brasileiro durante o conflito, acelerou o processo de português como língua dos cultos e da administração eclesiástica, abrindo caminho para o terceiro período.

³² WIRTH, 2005, p. 70.

³³ CAMARGO, 1973, p. 24.

³⁴ CAMARGO, 1973.

³⁵ WILLEMS apud WIRTH, 2005.

³⁶ BASTIDE apud CAMARGO, 1973.

³⁷ WIRTH, 1998.

³⁸ WIRTH, 1998, p. 162.

Terceiro período: do protestantismo étnico ao luteranismo brasileiro (1949 em diante)

O terceiro período tem como marco institucional a fundação da Federação Sinodal (1949) e sua transformação na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil — IECLB (1968). Esse período é caracterizado pela progressiva nacionalização da Igreja, que passou por três processos interligados: a nacionalização do clero, o engajamento com questões sociais e políticas do Brasil, e a abertura para um horizonte missionário além das fronteiras étnicas.

A Conferência do Nordeste de 1962, com o tema “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”, foi um momento emblemático de inflexão. Uma nova geração de lideranças luteranas passou a tematizar a realidade brasileira em seus debates eclesiais. O processo, contudo, esteve marcado por ambiguidades e contradições. O episódio mais notório foi a transferência da V Assembleia da Federação Luterana Mundial, prevista para o Brasil em 1970, para a França, em protesto pela omissão das lideranças luteranas diante do regime militar brasileiro (1964-1985). Wirth³⁹ interpreta esse episódio como revelador da “pouca experiência das lideranças luteranas de então diante dos conflitos que assolavam a sociedade”.

Em 1970, o VII Concílio Geral da IECLB, em Curitiba, produziu um documento que manifestava, pela primeira vez de forma oficial, a posição da Igreja em relação ao Estado, questionando, ainda que com cautela, as “práticas desumanas” do regime. Em 1976, o documento “Nossa Responsabilidade Social” aprofundou essa autocrítica, admitindo a omissão histórica da Igreja diante dos problemas sociais do país. A partir dos anos 1970, a IECLB passou a desenvolver trabalhos junto a pequenos agricultores, à causa indígena, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a projetos sociais nas periferias urbanas.⁴⁰

Essa mudança de orientação eclesial foi impulsionada, no plano teológico, pela teologia elaborada no pós-guerra e pelos vínculos ecumênicos nacionais e internacionais, que expuseram as lideranças luteranas a novas perspectivas sobre a responsabilidade social da Igreja. Como destaca Schlieper⁴¹, “o tempo da Igreja de imigração alemã, cujo trabalho era, por natureza, preponderantemente um trabalho de reunião e preservação, está chegando ao fim”. A Igreja passou a entender-se como “co-responsável por todo o país”, com uma mensagem “dirigida a todas as pessoas deste país, sem distinção”.

Processos de desobstrução étnica

A sociologia funcionalista de Camargo⁴² distingue entre religiões com função de preservação de patrimônio étnico-cultural, que crescem de modo vegetativo, e religiões de caráter universal, abertas a todos os indivíduos independentemente de origem étnica. A passagem de uma função a outra constitui o que o autor denomina “desobstrução étnica”. Em seu levantamento empírico das instituições religiosas brasileiras, Camargo observa que, a partir de 1970, o luteranismo estava realizando essa transição.

³⁹ WIRTH, 2005, p. 76.

⁴⁰ SCHÜNEMANN, 1992.

⁴¹ SCHLIEPER *apud* PRIEN, 2001, p. 493.

⁴² CAMARGO, 1973.

Dois processos fundamentais explicam essa desobstrução. O primeiro é endógeno: os contatos culturais produzidos pela acomodação (redução de conflitos entre grupos) e pela aculturação (mudanças culturais decorrentes do contato contínuo entre duas ou mais culturas) enfraqueceram progressivamente a defesa dos interesses do grupo étnico minoritário como condição de sobrevivência. O segundo processo é exógeno: o êxodo rural e a migração interna quebraram os laços comunitários tradicionais e expuseram os luteranos ao pluralismo étnico e religioso característico das cidades.

O fenômeno migratório teve efeitos decisivos sobre a estrutura eclesiástica da IECLB. Estimava-se que 37% dos membros migraram de áreas rurais para outras áreas rurais, e 26% de áreas rurais para áreas urbanas⁴³. A partir de 1970, um segundo fluxo levou membros da IECLB dos Estados do Sul e do Espírito Santo para o Centro-Oeste (Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás). Esses movimentos produziram comunidades dispersas e geograficamente fragmentadas, impossíveis de serem mantidas dentro do modelo étnico tradicional.

A urbanização alterou radicalmente as condições de reprodução do protestantismo étnico. Nas cidades, os luteranos encontravam outras etnias, contraíam casamentos mistos e perdiam a língua alemã, fator que Wirth considera o mais determinante para a desobstrução étnica.⁴⁴ A progressiva substituição do alemão pelo português nos cultos não foi apenas uma mudança litúrgica: foi a dissolução do principal marcador identitário do grupo. Como observa Wirth⁴⁵, com as novas gerações, o processo de aculturação “se evidencia na independência institucional, na adoção do idioma nacional, no engajamento social, no desenvolvimento de estratégias para conquistar adeptos entre a população autóctone, um processo que geralmente vem acompanhado por uma crise de identidade, por estagnação ou por um crescimento apenas vegetativo”.

Cabe ressaltar que o processo de desobstrução foi duplo: ocorreu tanto “de baixo”, como força social emergente dos próprios fiéis em processo de integração, quanto “de cima”, como orientação política das lideranças eclesiásticas. Isso implica que as transformações observadas na IECLB não podem ser reduzidas a efeitos automáticos de processos de modernização, nem a decisões puramente institucionais: resultaram da articulação, tensa e não linear, entre essas duas dimensões.

A necessidade de sobrevivência institucional funcionou como catalisador do despertar missionário da IECLB. Na medida em que as comunidades tradicionais se esvaziavam pela migração e pelo declínio do crescimento natural, a questão de “ser Igreja para si ou para os outros” tornou-se imperativa. Droste⁴⁶ relata que as novas paróquias viveram a tensão entre permanecer como Igreja étnica e cultural ou tornar-se “Igreja missionariamente aberta para o povo em meio ao qual vive”.

Na década de 1980, sob a liderança do pastor presidente Gottfried Brakemeier, esse diagnóstico ganhou formulação sistemática. Brakemeier⁴⁷ identificou quatro fatores que afetavam a Igreja simultaneamente: processo migratório, urbanização, empobrecimento e erosão da tradição. Para ele, “a missão tornou-se uma questão de sobrevivência da Igreja”. A perda de membros por migração precisaria ser “compensada

⁴³ DROSTE, 1989.

⁴⁴ WIRTH, 2005.

⁴⁵ WIRTH, 2005, p. 77.

⁴⁶ DROSTE, 1989, p. 171.

⁴⁷ BRAKEMEIER, 1989, p. 176.

pelos ganhos de outros”, por meio de “pontes construídas entre pessoas de diversas origens éticas (sic), culturas e mentalidades”.

A erosão da tradição, por sua vez, revelava que a transmissão geracional da fé luterana não podia mais se apoiar exclusivamente nos vínculos étnicos e familiares. “A mera tradição não vai segurar os membros em sua Igreja”.⁴⁸ A etnia, dizia Brakemeier, “já não exerce a função de identificar e unir os membros luteranos”. A IECLB do futuro precisaria de membros “motivados”, não apenas herdeiros de uma tradição. A missão deveria, portanto, começar pela própria comunidade, reevangelizando os membros existentes, antes de se projetar para fora.

Mendonça oferece uma perspectiva complementar interessante: em contraste com as igrejas de missão, que estagnavam ao acentuar suas características sectárias e estrangeiras, o protestantismo de imigração avançava “na direção da integração à sociedade brasileira ao inserir-se cada vez mais nas lutas sociais”. Essa integração seria, paradoxalmente, a condição de sua sobrevivência e eventual crescimento. No plano simbólico, a IECLB possuiria vantagens comparativas: sua liturgia, situada “a meio caminho entre o ritualismo católico e a total ausência ritual das Igrejas protestantes de origem missionária norte-americana”⁴⁹, poderia atrair segmentos da classe média em busca de religiosidade moderadamente ritualista.

O luteranismo no campo religioso brasileiro contemporâneo

A inserção da IECLB no campo religioso brasileiro contemporâneo é marcada por um paradoxo: a abertura institucional ao pluralismo e à missão universal coexiste com o peso de uma herança étnica que continua a moldar sua composição social. A maior parte da membresia ainda é composta por descendentes de imigrantes alemães. A Igreja concentra-se geograficamente no Sul do Brasil, nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com presença significativa no Espírito Santo.

A partir dos anos 1970, a IECLB passou a desenvolver projetos nas periferias urbanas, o chamado “projeto suburbano”, voltados a ações assistenciais e sociais. Contudo, como observam os documentos internos analisados por Droste⁵⁰ e Brakemeier⁵¹, esses projetos tinham orientação predominantemente diaconal, sem articular uma política sistemática de arregimentação de novos membros. A ação ia em direção às pessoas como proposta de serviço, mas não necessariamente como convite à comunhão litúrgica.

Esse dado revela uma tensão constitutiva da IECLB em seu processo de desobstrução étnica: entre a abertura missionária proclamada no discurso e as práticas concretas das comunidades, persistia, e persiste, uma distância significativa. A inércia sociológica das comunidades étnicas, suas estruturas físicas e simbólicas historicamente sedimentadas, e a ausência de experiência missionária sistemática criaram resistências à implementação do projeto universalista.

No conjunto do campo religioso brasileiro, a IECLB ocupa uma posição minoritária, mas de crescente visibilidade pública. A parceria com movimentos sociais, com o

⁴⁸ BRAKEMEIER, 1989, p. 179.

⁴⁹ MENDONÇA, 1990, p. 29.

⁵⁰ DROSTE, 1989.

⁵¹ BRAKEMEIER, 1989.

ecumenismo e com agências internacionais de cooperação confere à IECLB uma presença na esfera pública que ultrapassa sua representatividade numérica. A articulação da teologia luterana com questões sociais do Brasil e da América Latina produziu, segundo Wirth⁵², uma abertura ao pluralismo, à tolerância religiosa e à cooperação ecumênica que distingue a IECLB de outros segmentos do protestantismo histórico.

O campo pentecostal e neopentecostal, em franca expansão desde a segunda metade do século XX, representa um desafio adicional para a IECLB. O crescimento acelerado das igrejas pentecostais entre as populações de baixa renda, nos contextos de migração urbana e de precariedade social, ocorreu exatamente nos territórios onde a IECLB tentava expandir sua atuação missionária. A competição por fiéis em contextos de pluralismo religioso acirrado tensionou ainda mais o projeto missionário luterano.

Considerações finais

A trajetória do protestantismo brasileiro de rito luterano é um caso exemplar de como a identidade religiosa se articula com processos históricos mais amplos de colonização, expansionismo, migração e modernização. O luteranismo não chegou ao Brasil como uma confissão religiosa neutra: veio embutido em projetos políticos e culturais que vinculavam a preservação da germanidade ao expansionismo alemão do final do século XIX. Compreender essa dimensão exógena é indispensável para evitar naturalizações da etnicidade luterana.

A periodização proposta por Wirth, período congregacional, institucionalização étnica e abertura missionária, oferece um quadro interpretativo robusto, que articula as transformações institucionais com as condições sociais mais amplas. O primeiro período revelou a capacidade dos imigrantes de produzir uma religiosidade adaptada ao novo contexto, permeável à cultura popular brasileira. O segundo período demonstrou como interesses políticos e econômicos externos moldaram a identidade étnica do luteranismo, convertendo-o em instrumento do expansionismo alemão. O terceiro período, em curso desde meados do século XX, testemunhou a dissolução progressiva desse vínculo étnico, sob o impacto combinado de forças sociais endógenas e de reorientações teológicas e políticas.

O conceito de “desobstrução étnica”, proposto por Camargo e desenvolvido na análise aqui empreendida, revela-se fértil para compreender a trajetória da IECLB. Ele permite capturar a passagem de uma religião de preservação étnica para uma religião de horizonte universal, sem obscurecer as tensões e contradições que marcaram esse processo. A desobstrução não foi linear nem isenta de conflitos: coexistiram, em diferentes períodos e espaços, tendências de abertura e de fechamento, projetos missionários e resistências comunitárias.

Para a sociologia da religião no Brasil, o caso luterano oferece uma contribuição importante ao debate sobre religião e etnicidade. Ele mostra que a identidade étnica em contextos religiosos não é um dado primordial, mas uma construção histórica sujeita a processos de mobilização, desmobilização e ressignificação. A análise das condições sob as quais essa identidade se constitui, se mantém e se dissolve é, portanto, um campo de investigação permanentemente aberto.

⁵² WIRTH, 2005.

Por fim, o caso luterano convida a uma reflexão sobre os limites e as possibilidades de igrejas historicamente étnicas em contextos de crescente pluralismo religioso. A IECLB enfrenta, na atualidade, o desafio de preservar uma identidade confessional distintiva sem recair no exclusivismo étnico que marcou sua história. Esse desafio, entre a fidelidade à tradição e a abertura ao contexto, é, em sentido amplo, o desafio de qualquer comunidade religiosa que aspira a ser relevante em sociedades plurais e dinâmicas.

Referências

- BARTZ, Alessandro. **Percursos religiosos e adesão**: comunidades urbanas da IECLB como estudo de caso. 2013. 349 f. Tese (Doutorado em Teologia) - Faculdades EST, São Leopoldo, 2013.
- BASTIAN, Jean-Pierre. O protestantismo na América Latina. In: DUSSEL, Enrique (org.). *Historia liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1992. p. 467-513.
- BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. 9. ed. São Paulo: DIFEL, 1979.
- BONINO, José Miguez. *Rostos do protestantismo latino-americano*. São Leopoldo: Sinodal, 2002.
- BRAKEMEIER, Gottfried. Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil: missão e perspectivas. In: BRAKEMEIER, Gottfried (ed.). *Presença Luterana 1990*. São Leopoldo: Sinodal, 1989. p. 175-195.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *Católicos, protestantes, espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- DAMBORIENA, Prudencio. *El protestantismo en América Latina*. Friburgo: Oficina Internacional de Investigaciones Sociales de FERES, 1962-1963.
- DEIROS, Pablo Alberto. *Historia del cristianismo en América Latina*. Buenos Aires: Fraternidad Teológica Latinoamericana, 1992.
- DREHER, Martin N. *A Igreja latino-americana no contexto mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 1999.
- DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. 2. ed. rev. e amp. São Leopoldo: EST; Sinodal, 2003.
- DREHER, Martin N. Hermann Gottlieb Dohms: tentativa de teologia protestante em uma igreja de imigrantes no Brasil. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IGREJA (1986, São Leopoldo). *Anais...* São Leopoldo: Sinodal, 1986. p. 35-50.
- LÉONARD, Émile G. *O protestantismo brasileiro*. São Paulo: ASTE, 2002. (Original de 1963).
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa. Evolução histórica e configuração atual do protestantismo no Brasil. In: MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990. p. 11-59.
- MONTI, Daniel P. *Presencia del protestantismo en el Río de la Plata durante el siglo XIX*. Buenos Aires: Editorial La Aurora, 1969.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998.

PRIEN, Hans-Juergen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2001.

VILLALPANDO, Waldo Luis. *Las iglesias del trasplante: protestantismo de inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Centro de Estudios Cristianos, 1970.

WIRTH, Lauri Emilio. Protestantismo e etnia: sobre a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 38, n. 2, p. 156-172, 1998.

WIRTH, Lauri Emilio. Protestantismo brasileiro de rito luterano. *Revista USP*, São Paulo, n. 67, p. 68-77, set./nov. 2005.